

CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA PARA A DISCUSSÃO DA PESQUISA PARTICIPATIVA COM CRIANÇAS E SUA DIMENSÃO ÉTICA

Renata Maria Coimbra Libório
UNESP – Campus de Pres. Prudente
Agência Financiadora da Pesquisa: FAPESP

Resumo

A pesquisa que será apresentada foi desenvolvida durante um estágio de pós-doutoramento realizado no Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho, Portugal, que teve como objetivo principal estudar sobre as pesquisas qualitativas realizadas com crianças e adolescentes em situação de risco, a partir da perspectiva da sociologia da infância, através de pesquisa bibliográfica, entrevistas com acadêmicos e participação em eventos científicos.

No desenvolvimento da pesquisa tornou-se claro que a abordagem das crianças e adolescentes em situação de risco, para poder apropriar-se das significações atribuídas pelos participantes da pesquisa às suas trajetórias e modos de vida, necessita abandonar perspectivas da psicologia do desenvolvimento, que apresentam uma visão universalizante de infância. Uma aproximação crítica e problematizadora da infância (s) contemporânea (s) requer o diálogo com a perspectiva da sociologia da infância, que propõe, durante a realização de pesquisas participativas: a criança como sujeito de direitos e como ator social, a infância como construção social, a existência de múltiplas infância (s), a infância (s) enquanto um momento da vida no qual existem competências e culturas específicas, cujo processo de socialização ocorre a partir da interdependência entre as culturas da infância do mundo adulto, com ressignificações constantes. Ao assumir esta perspectiva, os pesquisadores da área da infância necessitam refletir sobre o lugar de poder ocupado em relação aos participantes da pesquisa e desenvolver uma criatividade metodológica. A dimensão ética da pesquisa deve estar presente nos vários momentos de sua realização, envolvendo uma perspectiva protagônica e emancipatória da condição da infância.

Palavras chaves: sociologia da infância; pesquisa participativa; ética

Abstract

The present research was developed during a post doctoral experience at the Institute of Children Studies, in the University of Minho, Portugal, and the main objective was to study qualitative researches on children at risk, through bibliographic research, interview with academics and participation on scientific meetings.

During this research, it became very clear that, to understand the life conditions of children and adolescents at risk situation, it is necessary to abandon evolutive perspectives in psychology, which present a universalizing childhood. A critical approach on contemporary childhood requires the dialogue with the principles of sociology of childhood, what proposes, during the development of the research with children: the child as subject of rights and his/her agency; the childhood as a social construction; the existence of multiple childhood(s); the childhood as a period of life with specific characteristics and competences, when the socialization occurs through the interdependence between childhood and adult cultures, with continuous interpretations. Based on this perspective, the researchers who study childhood need a continuous reflection about their power in the relationship between them and the children, what requires the development of methodological creativity. Ethics must be present during all the research process, involving a protagonic and emancipating approach in regard to childhood.

Key words: sociology of childhood, participative research, ethics

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA

O presente trabalho resultou de uma pesquisa de pós-doutoramento, intitulado “ESTUDO SOBRE METODOLOGIAS DE PESQUISA E INTERVENÇÃO NA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL EM UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR”, que teve como objeto de pesquisa principal o desenvolvimento humano em situação de risco, especialmente no que se refere à população infanto-juvenil.

Tal pesquisa propôs-se basicamente estudar sobre as elaborações teóricas e propostas de intervenção com populações em situação de risco pessoal e social realizadas pelos profissionais e acadêmicos portugueses, bem como estudar a respeito das metodologias de pesquisa mais pertinentes a serem desenvolvidas junto a grupos sociais que vivem uma condição de risco. A partir do contato com as produções teóricas e projetos de intervenção realizados na realidade portuguesa, tinha-se como intenção ainda problematizar os conhecimentos construídos nesta área do desenvolvimento humano, especialmente no que concerne às metodologias de pesquisa qualitativas utilizadas por pesquisadores da área da psicologia, da sociologia e da educação, visando construir novas possibilidades de desenvolvimento de pesquisas na área em questão, fundamentando-se nas contribuições da Sociologia da Infância. Portanto, esta pesquisa visou o levantamento bibliográfico, estudo e discussões sobre a temática da situação de risco, através do contato com acadêmicos das universidades de Lisboa, Aveiro e Coimbra, participação em eventos científicos e pesquisa bibliográfica na biblioteca do Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Braga.

Inicialmente será apresentada uma breve contextualização acerca da realidade portuguesa no que se refere às condições de risco enfrentadas por crianças e adolescentes e em seguida uma análise sobre as propostas de pesquisas desenvolvidas pelos pesquisadores.

Em Portugal, ao se abordar a problemática do desenvolvimento humano em situação de risco, percebe-se que esta pode abranger as seguintes condições: a pobreza, a exclusão social e as várias manifestações de maus-tratos contra a infância e violação de direitos, tais como, a violência doméstica (física, sexual, psicológico, abandono), a situação de institucionalização das crianças em centros de acolhimento / abrigo, o trabalho infantil, as situações de abandono escolar, as crianças pertencentes a grupos étnicos minoritários e que sofrem estigmatização social e escolar (no caso específico de Portugal, é a população cigana que vive mais intensamente este processo), os maus-tratos entre pares (bullying) e a realidade de crianças com deficiência e outras formas de necessidades educativas especiais, dentre outros, sendo estes os mais significativos.

Com relação às intervenções com crianças e adolescentes em situação de risco foi possível verificar que a legislação portuguesa e as práticas dos profissionais que atuam nesta área, valorizam o trabalho com as famílias, no sentido de problematizar as condições que estão impedindo uma relação de proteção com sua prole. Os projetos de intervenção com as famílias destas crianças, desenvolvidos tanto por equipes de profissionais que trabalham na segurança social, em hospitais e associações comunitárias, são financiadas pelo poder público e verbas que provêm de outras fontes. Entretanto, inexistam políticas públicas federais de atendimento às famílias, sendo este aspecto apontado por alguns profissionais e acadêmicos como necessário, de tal forma que técnicos da segurança social vem explicitando a urgente necessidade de políticas sociais nesta área. Da mesma forma que o Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil enfatiza a importância das crianças permanecerem em sua comunidade de pertencimento, lugar predominantemente ocupado pela família, em Portugal as práticas que favorecem acompanhamentos a famílias são desenvolvidas prioritariamente através do trabalho de assistentes sociais, educadores sociais e psicólogos, cujo objetivo primordial é possibilitar a convivência entre as famílias e seus filhos em contextos nos quais os conflitos podem ser negociados sem violência e negação dos direitos das crianças.

Em Portugal, alguns autores fazem uma distinção entre situações de “risco” e situações de “perigo” (MARTINS, 2004); basicamente a diferença entre estas terminologias refere-se à intensidade / gravidade da situação de vida da criança em questão. Na situação de perigo a gravidade é maior, de forma a prejudicar a própria sobrevivência física da criança; nas situações de risco, as crianças encontram-se em uma menor exposição quanto sua sobrevivência física, embora outros aspectos de sua vida possam estar em situações que interferem na vivência de uma vida na qual seus direitos básicos estejam sendo garantidos.

Para alguns autores, esta diferenciação existe apenas do ponto de vista jurídico, não havendo sentido em haver esta distinção, pois em princípio, em ambas as situações (perigo e risco), aspectos da vida das crianças estão expondo-a a condições que necessitam intervenção. Para os autores que defendem a importância da distinção entre situações de “perigo” das situações de “risco”, o fazem por considerar que os níveis e a qualificação das intervenções e dos profissionais envolvidos se diferenciam.

Nas situações de perigo eminente, a intervenção deve ser imediata, feita diretamente em hospitais ou através da intervenção das Comissões de Proteção de Menores, compostas por profissionais de nível universitário, indicados por instituições que atuam na área da infância e juventude. Nos casos de situação de risco, é possível uma intervenção mais informal, que pode ser feita, por exemplo, pelos profissionais das escolas, centros comunitários e creches, por exemplo. Nas situações em que esta intervenção informal não traga resultados no sentido de proteção e diminuição da exposição aos riscos, deve-se encaminhar a situação para a Comissão de Proteção, cujo âmbito de intervenção pode ser considerado similar ao funcionamento dos Conselhos Tutelares no Brasil.

PROBLEMATIZANDO A PSICOLOGIA EVOLUTIVA

Ao ler os materiais bibliográficos referentes às situações de risco presentes no desenvolvimento humano, bem como sobre as pesquisas desenvolvidas com crianças e adolescentes que vivem condições de adversidades, foi inevitável uma reflexão sobre quais seriam as abordagens teóricas da área da psicologia e outros campos do saber, que melhor possibilitariam um olhar que se pretenda compreender de forma mais contextualizada a realidade das populações expostas a riscos psicossociais.

Através do contato com a literatura da área foi possível observar que vários autores, tanto da psicologia como da sociologia, problematizam sobre os limites das abordagens evolutivas / desenvolvimentais da psicologia tradicional, por expressarem uma visão muito reducionista e determinista do ser humano, sem olhar sobre as múltiplas possibilidades de viver a(s) infância(s) e adolescência (s). As críticas encontradas não se referem unicamente às análises comparativas entre as abordagens na própria psicologia, através do confronto entre os diferentes teóricos do desenvolvimento humano, mas vão além, sendo feitas com muita sustentação teórica e dados empíricos. Cabe ressaltar ainda que as críticas não partem somente da área da sociologia da infância, como podemos ver em Sarmiento (2000), Corsaro (1997), James, Jenks e Prout (1998), mas o que torna a problematização mais rica é o fato das críticas partirem também de autores representantes da área da psicologia, tais como Burman (1995), Woodhead (1999) e Rogoff (1993), que argumentam a favor de uma psicologia cultural; mais uma observação importante é que os questionamentos destes autores não se limitam somente na defesa da perspectiva sócio-histórica, como encontramos em estudiosos da obra de Vygotski, mas suas reflexões voltam-se às considerações sobre a construção social do próprio campo da psicologia evolutiva.

Foi possível constatar que o estudo das condições de vida de crianças e adolescentes em situação de risco exige, especialmente, uma abordagem que rompa completamente com as perspectivas evolutivas, de caráter normativo e universalizante expressas especialmente nas abordagens tradicionais da psicologia, de tal forma que Woodhead (1999) e Burman (1995) propõem uma desconstrução / reconstrução da psicologia evolutiva / do desenvolvimento, pois se não fizermos isto, torna-se impossível tentar apreender as trajetórias de vida de crianças e adolescentes que se distinguem em todos os sentidos de uma imagem de infância universal, padrão, idealizada. Aliás, acho fundamental reforçar a idéia de que não é somente com relação

às crianças em situação de risco que é necessário este novo olhar, mas a quaisquer condições sociais; ou seja, o reconhecimento do fato de que a inserção social, econômica, cultural, étnica e de gênero das crianças imprimem marcas distintas nas culturas da infância (s) e nas formas de vivê-las, torna-se imprescindível àqueles que desejam aproximar-se de forma crítica e problematizadora da condição da infância(s) na contemporaneidade. Esta forma de olhar consolida a perspectiva da infância como construção social, datada histórica, sócio e culturalmente. Os autores da psicologia citados acima, ao proporem esta reconstrução da psicologia evolutiva, também defendem esta perspectiva, muito articulada com os princípios da Sociologia da Infância (SARMENTO, 2000), que devem ser pensados como pilares para o desenvolvimento de pesquisas empíricas e teóricas sobre a (s) infância (as) e a(s) criança (s).

PARADIGMAS DA INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA DA INFÂNCIA

No que diz respeito às abordagens metodológicas de pesquisa com crianças e adolescentes em situação de risco, tornou-se evidente que, embora as metodologias quali-quantitativas / estatísticas ocupem um lugar importante para aumentarem a visibilidade dos fenômenos sociais estudados (PLAISANCE, 2006 e ALMEIDA, 2006), para podermos nos aproximar dos significados e representações das crianças e adolescentes em condição de subalternidade, de forma que o conhecimento científico seja construído de forma partilhada com elas e possa, inclusive, mobilizar processos de emancipação e protagonismo, os recortes metodológicos que melhor permitem esta apreensão são as pesquisas qualitativas participativas com as crianças e adolescentes (CHRISTENSEN e JAMES, 2005; SOARES, 2005).

Sarmento (2000, p.151) aborda os aspectos chaves do paradigma da investigação sociológica da infância, baseado em Prout e James (1990), apresentados a seguir:

- 1) Infância como construção social: concepção de uma infância contextualizada, cujos significados variam de acordo com a evolução histórica; infância como um fenômeno que não se restringe à imaturidade biológica, não sendo uma forma natural nem universal dos grupos humanos, ao contrário, a infância é um componente estrutural e cultural específico;
- 2) Infância é uma variável de análise social, portanto é uma categoria social – articulada a outras variáveis (gênero, etnia, classe social); as pesquisas interculturais explicitam a variedade de infâncias (não singularidade);
- 3) as relações sociais entre as crianças e suas culturas devem ser estudadas em si, independentemente da perspectiva e dos conceitos adultos (apesar de haver reconhecimento da interdependência entre os mundos de vida adultos e infantis); infância deve ser considerada como um momento da vida do indivíduo como um valor em si, com competências e culturas específicas;
- 4) Crianças: são atores na construção e determinação de suas vidas sociais, não são sujeitos passivos de estruturas e processos sociais, realizando a reprodução interpretativa (CORSARO, 1997 e 2002);
- 5) Métodos etnográficos são úteis para estudo da Infância por permitir maior recolha da voz da criança (do que através de entrevistas e questionários) e permite sua participação na construção de dados sociológicos;
- 6) Infância: revela dupla hermenêutica – o novo paradigma da sociologia da infância auxilia no processo de desconstrução / reconstrução da infância na sociedade.

Sarmento (2000) explica que a reflexão metodológica relacionada à investigação da realidade da(s) infância (s) tem proposto, portanto, que se parta das crianças, o que traz as seguintes implicações: consideração da infância como sendo o próprio objeto da pesquisa e o cuidado que os pesquisadores devem ter na escolha de metodologias que consigam recolher a voz das crianças, ou seja, a expressão de sua ação e pensamento.

O autor nos lembra que as crianças, desde o início das ciências sociais, sempre foram objeto de estudo, especialmente nas áreas da medicina, pedagogia, psicologia do desenvolvimento; entretanto, o que é digno de atenção é que o foco centrava-se não nas crianças, mas enxergavam a criança como pretexto, referente ou destinatária de processos, estes sim constituíam o verdadeiro objeto de estudo, “fossem estes projetos de estimulação do desenvolvimento individual, ou a prática médica ou o da prática educativa”(SARMENTO,

2000, P.160). Em razão disto, os pontos de focalização de pesquisas desta natureza, eram os estágios de desenvolvimento psicológico, a saúde e constituição corporal das crianças, os processos ensino-aprendizagem e a escola, mantendo na “penumbra as crianças como seres plenos e na escuridão a infância como categoria social” (SARMENTO, 2000, p. 160).

Quando nos propomos desenvolver pesquisas na área da infância e com crianças, embasados nos princípios da sociologia da infância, exige-se por parte do pesquisador uma constante reflexão do lugar de poder ocupado por ele em relação aos participantes da pesquisa (SARMENTO, 2000).

Além da reflexão constante sobre o lugar do poder, faz-se necessário que o pesquisador que se proponha a estudar a(s) infância (s) desenvolva uma criatividade metodológica, que lhe permita construir diferentes recursos metodológicos (tais como o uso de fotografia, filmagens, desenhos, observação de jogos e brincadeiras, entrevistas coletivas, por exemplo), para captar as distintas expressões do mundo infantil (aspecto lúdico, artístico, corporal, dentre outras), que se manifestam distante da lógica do adulto, fundamentalmente estruturada através da linguagem oral e escrita e com uma outra racionalidade.

Sarmento (2000) explica que dentre as metodologias que melhor nos permite colher e interpretar a voz das crianças, “os estudos etnográficos, a observação participante, o levantamento de artefactos e produções culturais da (s) infância (s), as análises de conteúdo dos textos reais, as histórias de vida e as entrevistas biográficas, as genealogias, assim como a adaptação dos instrumentos tradicionais de recolha de dados, como, por exemplo, os questionários, as linguagens e iconografias das crianças” (SARMENTO, 2000, p. 160) são os que melhor nos permite a produção investigativa.

Outros autores como Graue e Walsh (1998), Christensen e James (2005), Ferreira (2004 e 2006), e Madeira (2005) também discutem sobre as propostas de pesquisa participativas com crianças, indicando que a etnografia e as histórias de vida devem ocupar um lugar importante, assim como a preocupação em possibilitar graus de participação e partilha nos momentos de construção dos passos metodológicos da pesquisa e de co-construção de conhecimento científico, de forma que se explicita uma perspectiva de protagonismo na pesquisa sobre a infância. Dentre a literatura disponível na área do protagonismo infanto-juvenil existente no Brasil, este tema assume mais especificamente uma perspectiva de intervenção educativa e social, associado com os movimentos sociais; o caráter político e emancipador referente à ideia de protagonismo é incorporada, pelos pesquisadores portugueses (SOARES, 2005, MADEIRA, 2005, SARMENTO, SOARES e TOMÁS, 2004 e CUSSIANOVICH, 2005) à perspectiva da pesquisa participativa com crianças, adolescentes e adultos.

Ressaltam-se ainda as considerações éticas feitas pelos autores desta perspectiva, quando da participação de crianças em pesquisa (SOARES, 2005 e ALDERSON, 1993 e 2005), que nos exigem pensar sobre os vários momentos durante o desenvolvimento da pesquisa, desde o momento de conhecimento sobre os seus objetivos, os recursos metodológicos que serão utilizados ou construídos conjuntamente com as crianças, o consentimento esclarecido até o momento de devolução dos resultados da pesquisa, sem perder de vista a preocupação de que os resultados da pesquisa possam reverter em prol de uma emancipação dos grupos participantes da pesquisa.

Soares (2005) aponta os desafios a seguir, que devem inquietar aqueles que se propõem a uma reflexão crítica da condição da infância na contemporaneidade: “necessidade de afirmação de um conhecimento teórico implicado e crítico das práticas sociais (...) uma sociologia da infância não contemplativa, mas preocupada com mudança de condições de vida do grupo social das crianças (...) uma sociologia da infância que explicita a complexidade e diversidade de saberes produzidos sobre, com e pelas crianças (...); indispensabilidade dos movimentos sociais legitimadores dos direitos das crianças como meio para construir uma cidadania infantil” (SOARES, 2005, p. 464).

Uma importante discussão que vem sendo alvo de debates entre os pesquisadores portugueses, e que se associa a dimensão ética da pesquisa com crianças, é: a criança na pesquisa, é sujeito ou objeto do conhecimento científico? Qual é o status das crianças em pesquisas que visam compreender seus modos de vida, seus mundos sociais, sua cultura?

Este questionamento vem acompanhando as discussões entre os pesquisadores da área da sociologia, sendo que alguns (principalmente os que se designam como mais ortodoxos quanto a separação entre a pesquisa e a intervenção social e entre pesquisador e participantes da pesquisa) advogam sobre a impossibilidade de considerarmos que as crianças produzem conhecimento científico, embora concordem que elas sejam atores sociais e produtores de cultura, mas não de conhecimento científico. Contrariamente, os pesquisadores da área da sociologia da infância portugueses e britânicos (SOARES, 2005; ALDERSON, 2005; WOODHEAD e FAULKNER, 2005) acreditam que as crianças podem ter uma participação nas pesquisas de tal forma que elas podem ser consideradas como co-produtoras do conhecimento científico, pois será a partir de suas significações sobre o seu mundo que, conjuntamente, o pesquisador irá fazer um processo de tradução deste universo, expressando-o dentro da lógica da ciência.

De acordo com Sarmento, Soares e Tomás (2004), este trabalho de tradução entre a “linguagem das ciências sociais e a linguagem das crianças (com as suas gramáticas culturais distintas)” (p.16) é uma exigência a ser levada em conta nas metodologias participativas com crianças; além disto, os autores sustentam a recusa do etnocentrismo geracional e a indispensabilidade da mobilização de um discurso polifônico, no qual “a voz das crianças-investigadoras colaborativas perpassa lado a lado com o trabalho interpretativo dos sociólogos da infância” (SARMENTO, SOARES E TOMÁS, 2004, p.16).

Sarmiento, Soares e Tomás (2004), representantes de uma perspectiva mais atual da sociologia da infância afirmam que as metodologias participativas com crianças devem atribuir às crianças o estatuto de sujeitos de conhecimento científico, e não de simples objeto, pois eles vêm uma dimensão colaborativa na construção do conhecimento nas ciências sociais; além disto os autores enfatizam a necessidade de que a produção do saber deve estar empenhada na transformação social e na extensão dos direitos sociais aos grupos sociais minoritários, como é o caso da infância.

Sarmiento (2000) nos faz pensar sobre uma dificuldade / desafio durante a realização de pesquisas qualitativas participativas na área da infância, através de seus questionamentos acerca do princípio metodológico central que deve nortear as pesquisas nesta área: a necessidade da reflexividade investigativa, pois, para além da técnica utilizada nas pesquisas com crianças, o que deve importar mais ao investigador adulto é que ele não projete seu olhar sobre as crianças, “colhendo junto delas apenas aquilo que é o reflexo conjunto dos seus próprios preconceitos e representações” (SARMENTO, 2000, p.160). O autor chama nossa atenção para a “atitude investigativa”, nos lembrando que a ciência não é inocente, existem valores, ideologias e concepções pré-estruturadas que sustentam a produção do conhecimento científico. Portanto, no contato com os mundos sociais da (s) criança (s), exige-se do pesquisador adulto fundamentado nos princípios da sociologia da infância, que ele se confronte com a “radical alteridade do outro – a criança”; para podermos compreender a percepção das crianças e a inteligibilidade da infância, é essencial a “autonomia conceptual”, o descentramento do olhar adulto.

De acordo com Sarmento (2000) e Cerisara (2004), as pesquisas na área da sociologia da infância são muito importantes na medida em que o conhecimento das crianças, a partir de seu próprio mundo, pode nos leva a aceder ao conhecimento da realidade social, através do seu discurso sobre este mundo, de forma que as práticas sociais e políticas públicas voltadas para este segmento consigam reconhecer suas necessidades.

Frente às condições complexas e paradoxais que a infância contemporânea vêm enfrentando (QVORTRUP, 1995), dentre as quais a presença de múltiplas e variadas situações de risco, torna-se fundamental a incorporação dos princípios da investigação sociológica da infância, por parte daqueles pesquisadores que se preocupam em compreender os sentidos que as crianças vêm atribuindo a esta realidade.

Para tentar se aproximar dos mundos sociais da infância, a sociologia da infância conclama a interdisciplinariedade entre as diversas áreas do saber que estudam e atuam na área da infância, por reconhecer os limites que podem existir na compreensão desta condição, quando ela é feita a partir do olhar de uma única área do saber (PROUT, 2004 e 2005).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERSON, P. (1993). *Children's consent to surgery*. Buckingham: Open University Press.

ALDERSON, P. (2005). As crianças como investigadoras: os efeitos dos direitos de participação na metodologia de investigação. In: CRISTENSEN, P.; JAMES, A. (2005). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Instituto Paula Frassinetti.

ALMEIDA, A.N. (2006) Estudos extensivos. Trabalho apresentado no Colóquio: metodologias de Investigação em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Braga.

BURMAN, E. (1995). *Deconstructing Developmental Psychology*. London, New York: Routledge.

CERISARA, A.B. (2004). Em busca do ponto de vista das crianças nas pesquisas educacionais: primeiras aproximações. In: SARMENTO, M. J.; CERISARA, A. B. (org.). *Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação*. Porto: Edições ASA.

CRISTENSEN, P.; JAMES, A. (2005). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Instituto Paula Frassinetti.

CORSARO, W.A. (1997). *The sociology of childhood*. London: Pine Forge Press.

CORSARO, W.A. (2002). A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças. *Educação, Sociedade e Culturas*, n.17, 113-134.

CUSSIÁNOVICH, A. (2005). *Participacion ciudadana de la infancia desde el paradigma del protagonismo*. Paper apresentado no II Congresso Mundial de Infância e Adolescência “Ciudadania desde la niñez y adolescência y exigibilidad de sus derechos”.

FERREIRA, M. (2004). *A gente gosta é de brincar com outros meninos – relações sociais entre crianças num jardim de infância*. Porto: Edições Afrontamento.

FERREIRA, M.(2006) Etnografia. Trabalho apresentado no Colóquio: metodologias de Investigação em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Braga.

GRAUE, M.E.; WALSH, D.J. (1998). *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

JAMES, A.; JENKS, C.; PROUT, A. (1998). *Theorizing childhood*. Cambridge: Polity Press.

MADEIRA, R. (2005). A Infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida. *Perspectiva: Florianópolis*, vol 23, nº 1, 79-114.

MARTINS, P.C.M. (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco – Representações Sociais, Modos e Espaços*. Tese de Doutoramento, IEC, Universidade do Minho.

PLAISANCE, E. (2006) Análise estatística. Trabalho apresentado no Colóquio: metodologias de Investigação em Sociologia da Infância, Universidade do Minho, Braga.

PROUT, A. ; JAMES, A. (1990). A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. In: JAMES, A ; PROUT, A. (org). *Constructing and reconstructing*

childhood: contemporary issues in sociological study of childhood. London: the Falmer Press, pp.7-34

PROUT, A. (2004). *Reconsiderar a nova sociologia da Infância: para um estudo interdisciplinar das crianças*. Paper apresentado no Ciclo de Conferências em Sociologia da Infância 2004/2005. IEC, Departamento de Ciências da educação da Criança, Área da Sociologia da Infância, Universidade do Minho.

PROUT, A. (2005). *The future of childhood*. London and New York; Routledge.

QVORTRUP, J. (1995). Childhood in Europe: a new field of social research”. In: LYNNE, C. et al. *Growing up in Europe: contemporary horizons in childhood and youth studies*. Berlim/New York: Walter Gruyter.

ROGOFF, B. (1993). *Aprendices del pensamiento – el desarrollo cognitivo en el contexto social*. Buenos Aires: Paidós.

SARMENTO, M.J.; SOARES, N.F.; TOMÁS, C. (2004). Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças. *Paper apresentado na “Sixth International Conference on Social Methodology – Recent Developments and Applications in Social Research”*. Amersterdã, Holanda.

SARMENTO, M. J (2000). Sociologia da Infância – correntes, problemáticas e controvérsias. *Sociedade e Cultura* 2, Cadernos do Noroeste, Série Sociologia, v.13 (2), 145-164.

SOARES, N. F. (2005). *Infância e Direitos – participação das crianças nos contextos de vida: representações, práticas e poderes*. Tese de Doutorado, IEC, Universidade do Minho.

WOODHEAD, M.(1999). Reconstructing developmental psychology – some first steps. *Children and Society*, vol 13, 3-19.

WOODHEAD, M; FAULKNER, D. (2005). Sujeitos, objetos ou participantes: dilemas da investigação psicológica com crianças. In: CRISTENSEN, P.; JAMES, A. (2005). *Investigação com crianças: perspectivas e práticas*. Porto: Instituto Paula Franssinetti.